

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.148, DE 2001

Acrescenta parágrafos ao art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

Autor: Deputado LUIZ BITTENCOURT

Relator : GEOVAN FREITAS

I – RELATÓRIO

O projeto sob exame visa a acrescentar dois parágrafos ao artigo 282 do Código de Trânsito, de tal forma que a notificação de infração enviada por via postal deve conter o aviso de recebimento assinado e datado pelo destinatário.

Está apensado o PL nº 4.334/01, do Deputado Glycon Terra Pinto, que visa ao mesmo fim acrescentando, também, parágrafo ao artigo 282.

A Comissão de Viação e Transporte aprovou ambos na forma de substitutivo

Cabe agora a esta Comissão opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

II- VOTO DO RELATOR

A matéria tratada nos projetos é da competência da União, não havendo reserva de iniciativa.

Em ambos os projetos a preocupação é o envio de notificação de infração por via postal com aviso de recebimento, e, mais especialmente, a garantia de que o destinatário a receba.

Assim, no projeto original diz-se que a notificação será válida somente com assinatura do destinatário no aviso de recebimento.

A Comissão de Viação e Transportes entendeu desnecessária a assinatura- o que converteria o agente postal em “oficial de Justiça” - devendo ser empregado o método comum do aviso de recebimento.

O substitutivo dessa Comissão (no que toca à juridicidade e à redação) aperfeiçoa tanto o projeto principal como o apenso, mas renumera dispositivos legais. Embora não seja vedado pela legislação aplicável, entendo que deve ser mantida a atual estrutura dos parágrafos, no intuito de zelar pela clareza.

O projeto e o apenso apresentam a sigla “AC”, que pretende significar acréscimo a texto legal. No entanto, além de perfeitamente dispensável, essa sigla não é sequer mencionada na Lei Complementar nº 95/98, pelo que o substitutivo não as contém.

Assim, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 4.148/01 e 4.334/01 na forma do substitutivo adotado na Comissão de Viação e Transportes, com a subemenda substitutiva em anexo, que lhe aperfeiçoa a redação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado GEOVAN FREITAS
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO NA CVT AOS PLs N^{OS} 4.148/01 E 4.334/01

Dê-se ao substitutivo da Comissão de Viação e Transporte a seguinte redação:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com nova redação no “caput” e nos §§ 1º e 4º e acrescido de dois parágrafos na forma seguinte:

Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure, mediante aviso de recebimento, a ciência da imposição da penalidade.

§ 1º A notificação devolvida por desatualização de endereço do proprietário do veículo será considerada válida, para todos os efeitos, se no prazo de trinta dias, contados da data de devolução, o novo endereço não houver sido comunicado à autoridade de trânsito.

§ 2º

§ 3º

§ 4º Da notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a quarenta dias contados da data da notificação da penalidade.

§ 5º Não retornando o aviso de recebimento, devidamente assinado, à autoridade de trânsito, no prazo de trinta dias contados da data da notificação, esta expedirá nova notificação, dispensado o aviso de recebimento.

§ 6º Quando houver recusa em assinar o aviso de recebimento, considera-se notificado o infrator.

§ 7º Havendo notificação da atualização de endereço do proprietário do veículo no prazo fixado no § 5º, ser-lhe-á expedida nova notificação, sendo reiniciado o prazo para apresentação de recurso ou pagamento de multa.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado GEOVAN FREITAS
Relator